2.^a Sessão Legislativa da 4.^a Legislatura
Ata da 77.^a Sessão Ordinária, em 26 de agosto de 1960

Presidência do sr. deputado Guataçara Borba Carneiro, secretariada pelos srs. deputados Waldemar Daros e Antonio Ruppel.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Guataçara Borba Carneiro, Pedro Liberti, Nicanor de Vasconcellos, Arthur de Souza, Agostinho Rodrigues, Antonio Annibelli, Antonio Ruppel, Amaury Silva, Cândido Machado de Oliveira Neto, Haroldo Leon Péres, Pedro Mariucci, Jorge Nassar, João Simões, Libânio Cardoso, Raphael Kuliski, Luiz Alberto Dalcanalle, Mário Faraco, Nilson Ribas, Vidal Vanhoni e Waldemar Daros (21); achando-se ausentes, os seguintes srs. deputados: Paulo de Camargo, Anibal Curi, Ambrosio Choma, Amadeu Puppi, Nivaldo Gomes, João Cernicchiaro, Emílio Carazzai, Ernesto Moro, Dino Veiga, Thadeo Sobocinski, José Vaz de Carvalho, João Mansur, Joaquim Néia, Jorge Maia, José Hoffmann, Alvaro Dirceo Viana, Néo Martins, Miguel Dinizo, Ruy Gândara, Renato Bueno, Sady de Brito, Léo de Almeida Neves, Vargas de Oliveira e Waldemiro Haneiko (24).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O,
passando o sr. 2.^o Secretário à leitura das atas das sessões anteriores, que são aprovadas sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

OFFÍCIOS:

— do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Guaraci, comunicando que por unanimidade dos senhores Vereadores, decidiu aquela Câmara enviar ofício a esta Casa, consubstanciando em apêlo para que os senhores deputados rejeitem o Veto aposto pelo Governador ao Projeto de autoria do deputado Haroldo Leon Peres, que regulamenta o pagamento do Art. 20 aos Municípios. — **A Comissão competente.**

— do sr. Presidente da União Curitibana dos Estudantes Secundários (UCES), comunicando a fundação da UCES e a diretoria eleita, provisoriamente, para dirigir os trabalhos daquela entidade. — **Ao conhecimento da Casa.**

— do sr. Presidente da Câmara Municipal de Santo Inácio, solicitando a devolução do processo de cassação de mandato do Prefeito Municipal daquela Comuna, em virtude de haver cessado o motivo que originou o processo, impetrado contra o mesmo. — **A Comissão competente.**

REQUERIMENTO:

— do sr. deputado Amaury Silva, solicitando a retirada e arquivamento do Projeto de Lei n.º 569-60.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica revigorada a autorização constante da Lei n.º 3706, de 20 de junho de 1958, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), para a construção da Casa Paroquial de Cornélio Procópio.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1960.

(a) Mário Faraco

PROJETO DE LEI N.º

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O artigo 2.º, da Lei n.º 4.256, de 5 de agosto de 1960, passa a vigorar com a redação seguinte:

“Art. 2.º — Fica elevado ao Padrão “R” o cargo isolado, de provimento efetivo, de Rádio-Gravador, e ao Padrão “V” o cargo isolado, de provimento efetivo, de Assessor Técnico Fotográfico, ambos do Quadro Especial do Departamento de Turismo e Divulgação do Estado”.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1960.

(a) Agostinho Rodrigues

Justificação: — Com a nova redação ao Art. 2.º, da Lei n.º 4.256, de 5 de agosto de 1960, que ora propomos, pretendemos tão somente reparar uma injustiça cometida com o ocupante do cargo de Assessor Técnico Fotográfico, do Departamento de Turismo e Divulgação do Estado. É que a referida Lei elevou, do Padrão “N” ao Padrão “R”, o cargo de Rádio-Gravador daquele Departamento, permanecendo no Padrão “R”, o cargo que este Projeto de Lei pretende elevar. Ora, este cargo era, hierarquicamente, tanto pela função como pelo valor de seus vencimentos, superior ao cargo de Rádio-Gravador. Tal fato ocasionou verdadeira e injusta inversão dessas categorias funcionais no Departamento de Turismo, e, por isso mesmo, está a exigir, urgentemente a aprovação de medida que recoloca as coisas no seu devido lugar, sem que sejam feridos direitos já assegurados por Lei.

PROJETO DE LEI N.º

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Em obediência ao que determinam as Constituições Federal e Estadual é organizada a JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ.

T Í T U L O I

CAPÍTULO I

Art. 1.º — É instituída a JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, em cumprimento ao que determinam os dispositivos dos artigos 94 item III 124 e seu item XII da Constituição Federal, e, artigos 60 e 55 itens IV e VI da Constituição Estadual, competindo-lhe processar e julgar os componentes da Polícia Militar e seus assemelhados, quando indiciados, ou acusados por crime previsto no Código Penal Militar, segundo as normas estabelecidas no Código da Justiça Militar.

CAPÍTULO II

Órgãos da Justiça Militar do Estado do Paraná

Art. 2.º — A Justiça Militar do Estado — é organizada com observância dos preceitos gerais da Lei Federal, art. 124, item XII, e art. 5.º item XV, letra “f”, da Constituição Federal e, — terá como órgãos:

1) — Em Primeira instância os Conselhos da Justiça Militar, funcionando na Auditoria e nos corpos, formações e estabelecimentos da Polícia Militar (art. 5.º do Código da Justiça Militar).

2) — Em Segunda instância o Tribunal da Justiça Militar — item XII do art. 124, da Constituição Federal.

§ Único — A Auditoria, onde funcionarão os Conselhos Especial e o Permanente, e o Tribunal da Justiça Militar, terão as suas sedes na Capital do Estado do Paraná.

Art. 3.º — Os impedimentos, suspeições, incompatibilidades, e, proibições dos membros da Justiça Militar e seus auxiliares, serão os previstos nos arts. 46 a 53 do Código da Justiça Militar e 96 da Constituição Federal, no que lhes forem aplicáveis.

CAPÍTULO III Dos Conselhos

Art. 4.º — Os Conselhos da Justiça Militar serão três:

I — O Especial;

II — O Permanente;

III — E, o dos corpos, formações e estabelecimentos.

Art. 5.º — Competirá aos Conselhos:

a) — ao Conselho Especial da Justiça Militar, os processos e julgamentos dos Oficiais da Polícia Militar, quando acusados de crime militar, excetuados o Comandante Geral, Auditor, Promotor e Advogado da Justiça Militar, que serão processados perante o Tribunal da Justiça Militar;

b) — ao Conselho Permanente da Justiça Militar, o processo e julgamento dos acusados que não sejam Oficiais;

c) — aos Conselhos de Justiça dos Corpos e estabelecimentos militares, o processo e julgamento dos desertores e insubmissos.

Art. 6.º — Os Conselhos de Justiça Especial e o Permanente serão constituídos de Um Auditor, de Quatro Oficiais, Um Promotor, Um Advogado, Um Escrivão e de Dois Meirinhos e, serão Presididos pelo Oficial mais graduado.

§ Único — Quando houver no mesmo Conselho mais de um Oficial do mesmo posto, mais elevado, será Presidente do Conselho, o mais antigo deles.

Art. 7.º — O Conselho Permanente será constituído de oficiais cujos os nomes constarem de lista organizada pelo Comandante Geral da Polícia Militar do Estado, por sorteio, feito de três em três meses, pelo Auditor, publicamente, com a presença do Promotor Público, para servirem dentro de um trimestre, consecutivo, nos primeiros dias de março, junho, setembro e dezembro.

Art. 8.º — O Conselho Especial será constituído, em cada caso particular, por sorteio feito pelo auditor de Oficiais de patente superior ou igual ao no do acusado, dissolvendo-se logo após ao julgamento para o qual fôr convocado.

§ Único — Será convocado o mesmo Conselho Especial, sempre que possível, se o processo, por êle conhecido ou julgado, fôr anulado, e, para nêle cumprir-se qualquer medida ou diligência determinada pelo Tribunal de Justiça Militar.

Art. 9.º — Para os sorteios previstos nos arts. anteriores o Comandante Geral enviará ao Auditor, até os dias vinte e cinco de fevereiro, maio, agosto e novembro, uma relação completa de todos os Oficiais da Polícia Militar que devam servir nos Conselhos, mencionando a graduação, antiguidade, e o lugar em que servirem ou residirem.

§ 1.º — Não farão parte dessa relação o Comandante Geral e os Oficiais que estiverem à disposição do Governo, na Casa Militar, ou servindo de Ajudante de Ordens, Assistentes Militares, e os Chefes do Estado Maior, — bem como os que não estiverem mais na Ativa.

§ 2.º — Estão proibidos de fazer parte da relação acima mencionada os Oficiais indicados ou acusados de crimes, e os presos por qualquer motivo.

§ 3.º — O serviço prestado pelos membros do Conselho de Justiça será considerado relevante e de alto valor social, sendo inscritos na sua fé de ofício para cômputo de ponto, de valor dois, para promoção.

Art. 10 — Os Conselhos de corpos, formações e estabelecimentos militares, para o processo e julgamento de desertores serão constituídos e funciona-

rão segundo as normas previstas no art. 18 e parágrafos do Código da Justiça Militar.

Art. 11 — É obrigação dos membros dos Conselhos reunirem-se com assiduidade para a instrução e julgamento dos processos crimes que lhes competirem, em dia, hora previamente designados, ficando, para isso, dispensados dos serviços militares, durante as horas de funcionamento dos Conselhos, não podendo se afastar das sessões.

§ 1.º — Qualquer membro do Conselho poderá propor as medidas e diligências necessárias ao esclarecimento da verdade, bem como pedir inquirição de testemunhas e reperguntá-las.

§ 2.º — Os julgamentos serão feitos pelo Conselho completo, sendo que na instrução, poderá o Conselho funcionar, com o número mínimo de três.

§ 3.º — A falta do Oficial à sessão, sem justa causa, ou motivo de força maior, acarretará a perda da gratificação de um dia dos vencimentos, comunicando o Auditor esse fato, ao Comandante Geral, para que tome as providências necessárias. Se houver reincidência haverá pena disciplinar contra o faltoso, e sua substituição no Conselho durante o trimestre, não sendo, também, inscrito o louvor na fé de ofício.

CAPÍTULO IV

Art. 12.º — Ao Presidente do Conselho compete:

- a) — presidir as sessões, dirigir os trabalhos do Conselho, e proclamar o resultado do julgamento;
- b) — nomear Advogado Ad-Hoc e curador aos acusados, organizar a Polícia da Sessão para que haja ordem e respeito;
- c) — tomar parte na instrução e votar sobre qualquer questão, sendo que terá voto de qualidade quando houver empate.

Art. 13 — No funcionamento e constituição dos Conselhos, aplicam-se inteiramente as disposições do Código da Justiça Militar no que fôr cabível, sendo que a sua competência será regulada pelos arts. 94 e 100 do mesmo Código.

CAPÍTULO V

Auditoria

Art. 14 — Na Justiça Militar de primeira instancia haverá um Auditor que integrará os Conselhos, Permanente e Especial, e um Substituto de Auditor que funcionará em lugar do primeiro em suas férias, suspeições, licenças, incompatibilidades, e faltas, ou em seus impedimentos.

Art. 15 — O Auditor e o Substituto serão nomeados pelo Governador dentre os Bacharéis em Direito com mais de três anos de exercício de sua profissão, depois de diplomados, e mais de trinta anos e menos de cinquenta de idade e tomarão posse dos cargos, prestando a promessa perante o Tribunal de Justiça Militar.

Art. 16 — A competência do Auditor, será a prevista no Código da Justiça Militar e mais as de:

- a) — dirigir a instrução dos processos submetidos aos Conselhos, determinando as medidas e as diligências que julgar necessárias, bem como apresentar relatórios expondo o movimento dos trabalhos, e as dificuldades encontradas, no Tribunal de Justiça, com as sugestões sobre o modo de resolvê-las;
- f) — nomear Advogado, Promotor e Escrivão ad-hoc e meirinho;
- g) — qualificar e interrogar acusados, como tomar o depoimento das testemunhas;
- h) — aplicar pena disciplinar ao Escrivão e ao Oficial de Justiça, ou meirinho;
- i) — convocar o seu substituto, quando tiver de se ausentar ou de entrar em férias bem como em seus impedimentos, e convocar mais os substitutos dos membros do Conselho, e substitutos do Promotor.

Art. 17 — O Auditor terá as obrigações, garantias, vantagens, os vencimentos e sofrerá as restrições e vedações previstas nos arts. 95, 96 e 124 item VI, da Constituição Federal e 71 in fine da Constituição Estadual e 13 de suas disposições transitórias.

TÍTULO II

CAPÍTULO I

Tribunal de Justiça Militar

Art. 18 — O Órgão máximo da Justiça Militar do Estado do Paraná é o Tribunal da Justiça Militar, composto de sete (7) Juizes nomeados pelo Governador do Estado, dentre os incluídos em lista triplíce, organizada por esse mesmo Tribunal.

§ 1.º — Desses Juizes, — três (3) serão Civis, Bacharéis em Direito, com trinta anos de idade, no mínimo, e cincoenta e cinco no máximo (se forem já funcionários públicos), com seis anos pelo menos de exercício da profissão, — e, quatro (4) serão Coronéis da Polícia Militar do Estado, da ativa ou da reserva, para esse fim convocados, com no mínimo vinte e cinco anos de serviço, e de idade não superior a cincoenta e oito anos.

§ 2.º — Dentre os quatro Coronéis, que compõem o Tribunal, um deles, no mínimo, deverá ser Bacharel ou Bacharelado em Direito.

§ 3.º — Os juizes desse Tribunal de Justiça Militar gozarão dos direitos, vencimentos, e de tôdas as garantias, vantagens e prerrogativas constitucionais, concedidas aos membros do Tribunal de Justiça do Estado.

§ 4.º — Haverá cinco (5) Substitutos de Juizes do Tribunal de Justiça Militar, nomeados pelo Governador do Estado, preferencialmente dentre os Officiais Superiores Bacharéis em Direito, sem vencimentos, demissíveis livremente dessas funções.

Art. 19 — A presidência e Vice-Presidência o Tribunal de Justiça Militar, serão exercidas por coronéis, membros do Tribunal, eleitos em escrutínio secreto, bienalmente, na segunda quinzena de dezembro, não sendo permitida a reeleição.

CAPÍTULO II

Competência

Art. 20 — Julgará o Tribunal de Justiça Militar, os recursos das decisões do Conselho de Justiça e dos despachos do Auditor, em segunda instância, — sendo sempre Relator um dos membros Bacharéis.

Art. 21 — Originariamente instruirá e julgará o Tribunal:

a) — os processos por crimes cometidos pelos Membros do Tribunal de Justiça Militar, pelo Comandante Geral da Polícia Militar, e pelas pessoas enumeradas na letra “a” do art. 7.º desta lei.

b) — autos de processos administrativos, aplicando penas disciplinares aos funcionários da Justiça Militar.

c) — reclamações e qualquer outro processo sobre o bom andamento da Justiça;

d) — os processos de pedidos de habeas-corpus; pedidos de revisão; de recurso de agravos dos despachos do relator; de conflitos de jurisdição; e exceções de suspeição e impedimento.

Art. 22 — São ainda atribuições do Tribunal de Justiça Militar as previstas no Código da Justiça e mais as de:

a) — organizar sua Secretaria;

b) — elaborar, modificar e aprovar o Regimento Interno da Justiça Militar do Estado;

c) — e determinar a remessa, ao Procurador, ou a outra autoridade competente, certidões de peças necessárias para a instauração de inquérito e processo, quando forem encontrados indícios de outro crime ou criminoso. — nos processos em julgamento.

CAPÍTULO III

Art. 23 — Compete ao Presidente:

1) — presidir as sessões do Tribunal, dirigindo os seus trabalhos, propondo as questões, e, apurando as votações, bem como proclamando os resultados dos julgamentos;

2) — votar, sempre em último lugar, considerando-se o seu voto como de qualidade, quando houver empate nas votações;

3) — distribuir os processos ordinários aos Juizes, Bacharéis e os de deserção aos Coronéis, não bacharéis, por meio de sorteio equitativo e proferir os despachos de expediente;

4) — convocar sessões extraordinárias e os substitutos dos Juizes Militares, nas suas férias, licenças, faltas e nos impedimentos;

5) — praticar todo e qualquer ato que lhe competir, de acôrdo com o Regimento Interno, e o Código da Justiça Militar.

Art. 24 — Competirá ao Vice-Presidente substituir o Presidente, com funções plênas, quando em exercício.

Art. 25 — O Tribunal de Justiça Militar, em suas sessões, funcionará julgando, sempre que possível, com seu número completo, ou, estando presentes cinco membros no mínimo, sendo imprescindível que o integre ao menos um dos Juizes Bacharéis.

Art. 26 — Nenhuma alteração na Justiça Militar poderá ser feita a não ser por provocação e iniciativa do Tribunal da Justiça Militar.

TÍTULO III

CAPÍTULO I

Ministério Público e Auxiliares da Justiça Do Procurador e Promotor

Art. 27 — O Ministério Público será representado por um Procurador, um Sub-Procurador, em segunda instância, com assento no Tribunal de Justiça, e, em primeira instância por um Promotor Público, e seu substituto, nomeados livremente pelo Governador do Estado, entre Bacharéis em Direito.

§ Único — Para ser Procurador é necessário que o Bacharel conte pelo menos com seis anos de exercício na sua profissão, depois de formado, seja brasileiro nato, com mais de trinta anos e menos de 55 de idade, e para ser nomeado Promotor, é necessário que o Bacharel, brasileiro nato, tenha mais de três anos de profissão, mais de vinte e cinco anos e menos de cinquenta de idade.

Art. 28 — O Procurador gozará de tôdas as garantias, vantagens, direitos e vencimentos concedidos aos Juizes do Tribunal de Justiça Militar, — e o Promotor as garantias, vantagens e vencimentos dos Promotores da Capital.

Art. 29 — Compete ao Procurador:

a) — dar parecer, por escrito, nos Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça Militar, e requerer o que necessário fôr, a bem do interesse da Justiça;

b) — apresentar denúncia e acompanhar os processos crimes, quando for da competência originária do Tribunal, procurando zelar pelo interesse da Justiça, a fim de que esta seja bem distribuída;

c) — sustentar oralmente o seu ponto de vista por ocasião do julgamento;

d) — superintender e organizar os serviços do Ministério Público, quer em segunda, quer em primeira instância, na qualidade de seu Chefe;

e) — conceder licença ao Promotor.

Art. 30 — O Sub-Procurador substituirá ao Procurador, com funções plenas, nas suas faltas, impedimentos e suspeições, bem como nas férias e licenças.

Art. 31 — Ao Promotor compete exercer as funções de Representante do Ministério Público, em primeira instância, promovendo ações criminaes, oferecendo denúncias, requerendo medidas, com o fim de apurar a responsabilidade dos delinquentes. Cabe-lhe praticar todos os atos que disserem respeito as suas funções, previstos na Lei Penal Militar e Código da Justiça Militar.

CAPÍTULO II

Do Advogado

Art. 32 — Haverá um Advogado, de officio, defensor dos réus que não constituírem procurador, que funcionará perante a auditoria, do início do pro-

cesso, até afinal, em segunda instância, que assistirá ao acusado, em todos os termos do processo.

§ 1º — O Advogado será nomeado pelo Governador dentre os bacharéis em Direito, com mais de vinte e cinco anos de idade e menos de cinquenta, com no mínimo dois anos de exercício de sua profissão depois de diplomado.

§ 2º — Terá o Advogado as garantias, vantagens e os vencimentos idênticos aos do Promotor da Justiça Militar.

CAPÍTULO III

Do Secretário, Escrivão e do Meirinho

Art. 33 — Os serviços de Secretaria e de escrivania do Tribunal de Justiça Militar serão desempenhados por um Secretário de livre nomeação do Governador, dentre os oficiais, de preferência bacharel em Direito, com funções fixadas no Regimento Interno e no Código da Justiça Militar, percebendo além de seus vencimentos uma gratificação arbitrada em lei.

Art. 34 — Funcionará junto a AUDITORIA e nos Conselhos, um escrivão, escolhido dentre os sargentos graduados ou oficiais, percebendo além dos seus vencimentos de policial, uma gratificação que a lei arbitrar.

§ Único — Compete-lhe formar os processos, lavrando os termos que devem integrá-los, e subscrevê-los, bem como praticar todos os atos próprios de seu ofício, previstos no Código da Justiça Militar e no Regimento Interno da Justiça.

Art. 35 — Aos Meirinhos compete:

a) — cumprir mandados de citação, intimação e notificação bem como os de prisão e outros;

b) — cumprir ordens emanadas do Auditor.

§ Único — O cargo de Meirinho ou de Oficial de Justiça será exercido por um Cabo da Polícia Militar, para isso nomeado, pelo Auditor, e, terá fé pública.

TÍTULO IV

CAPÍTULO I

Substituições nas interrupções de exercícios, férias e licenças: preenchimentos de vagas.

Art. 36 — Os Juizes do Tribunal de Justiça Militar, o Procurador e o Promotor Público, serão substituídos em suas faltas, licenças, férias e em seus impedimentos, pelos respectivos substitutos.

Art. 37 — Haverá férias coletivas no Tribunal de Justiça, durante dois meses, de 1º de julho a 31 de agosto, nos dias de feriados nacionais, e nos de estaduais, ficando suspensos todos os seus trabalhos, cursos de processos com exceção dos pedidos de habeas-corpus, que podem ser julgados ainda que em férias.

§ 1º — No período de 1º de julho a 31 de agosto, entrarão em férias o Presidente, os Juizes e o Procurador, assumindo o exercício da Presidência o Vice-Presidente, que convocará sessões extraordinárias e os Juizes Substitutos, para julgamento de Habeas-Corpus.

§ 2º — O Vice-Presidente gozará de suas férias nos meses de novembro e dezembro integralmente.

§ 3º — Quando qualquer funcionário da Justiça não gozar de suas férias dentro de um ano, poderá acumular essas férias com as do ano seguinte.

Art. 38 — No caso de vaga de Juiz Civil togado, o seu preenchimento se fará por nomeação do Governador do Estado, dentre um dos indicados pelo Tribunal, alternativamente em lista triplíce, organizada pela seguinte maneira:

a) — da lista triplíce para o preenchimento da primeira vaga, deverão constar os nomes do Auditor, de um dos representantes do Ministério Público e do Advogado, todos da Justiça Militar;

b) — para outra a escolha ocorrerá, de lista composta de Bacharéis estranhos ou não à Justiça Militar.

§ Único — Quando a vaga ocorrer entre os membros militares, do Tri-

bunal, a lista triplice será organizada de Coronéis de preferência portadores de diploma de curso superior.

CAPÍTULO II

Compromisso e Pósse

Art. 39 — Satisfeitas as exigências legais, prestará o compromisso e tomará posse dos cargos de justiça, o nomeado:

- a) — os Juizes, o Procurador, Auditor e Advogado, bem como o Secretário, perante o Tribunal de Justiça Militar;
- b) — o Promotor perante o Procurador;
- c) — os Escrivães e Meirinhos perante o Auditor.

TÍTULO V

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 40 — Os Substitutos de Juizes e dos Auditores, Procurador, Promotor, Advogado e demais auxiliares serão escolhidos preferencialmente dentre os Oficiais, com requisitos exigidos para o exercicio do cargo e não terão outros vencimentos além dos seus de militar, podendo perceber pequena gratificação, futuramente arbitrada por lei.

Art. 41 — O Procurador da Justiça Militar, em suas funções, acumulará as do atual Consultor Jurídico da Polícia Militar, sem outros vencimentos do que os do cargo de Procurador.

Art. 42 — Os Juizes Cíveis togados, da Justiça Militar, terão o posto honorífico de Coronéis da Polícia Militar; o Auditor o posto de Tenente Coronel bem como o Procurador; o Promotor e o Advogado o posto de Major.

Art. 43 — A discussão da matéria administrativa, bem como a organização das listas triplices, serão em sessão secreta, sem a presença do Procurador.

Art. 44 — Os Juizes, o Procurador e o Auditor, terão direito a um ordenança cada um, fornecidos pela Polícia Militar.

Art. 45 — É inteiramente aplicável o estatuto dos funcionários públicos a todos os integrantes da Justiça Militar no que não colidir com esta lei como também é aplicável o Código da Justiça Militar e o são as outras leis atinentes à Polícia Militar.

CAPÍTULO II

Disposições Transitórias

Art. 46 — Nos cargos da Justiça Militar que ora se institui, poderão ser aproveitados os Bacharéis já lotados na Consultoria da Polícia Militar e outros Oficiais Bacharéis, e as primeiras nomeações serão feitas livremente pelo Governador, sem lista triplice.

§ Único — Será aproveitado obrigatoriamente no cargo de Procurador ou de Juiz do Tribunal de Justiça Militar o Advogado efetivo, do Estado lotado na Polícia Militar, que estiver exercendo as funções de Consultor Jurídico a mais de 3 anos.

Art. 47 — Os Substitutos dos Juizes do Tribunal de Justiça Militar, o Substituto do Procurador (Sub-Procurador), do Promotor, do Advogado é o Secretário como o Escrivão, e o Meirinho, não terão, nessas funções outros vencimentos do que o que perceberem como militares.

Art. 48 — O Tribunal de Justiça e Auditoria serão instalados solenemente prestando os membros da Justiça Militar a promessa perante o Tribunal de Justiça do Estado.

Art. 49 — A presente lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de Agosto de 1960.

(a) **Agostinho José Rodrigues**

JUSTIFICATIVA: — Projeto de lei que em obediência ao que determinam as Constituições Federal e Estadual, cria e organiza a JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ.

Uma das faltas de que se ressentia a Justiça de nosso Estado, era a da Justiça Militar do Estado, com a Auditoria e o Tribunal de Justiça especializados.

Em face da Constituição Federal, o Poder Judiciário é exercido por entre outros órgãos, — pelos Conselhos de Justiça e Juizes de Tribunais Militares (item III, do art. 94).

Estabelece também o art. 124 da Constituição Federal, que “os Estados organizarão a sua justiça com observância”..., e na alínea 12 determina:

“A Justiça Militar estadual, organizada com observância dos preceitos gerais da lei federal (art. 5º, n. XV letra f), terá como órgãos de primeira instância os conselhos de justiça e como órgãos de segunda instância um tribunal especial ou o Tribunal de Justiça”.

Como se vê da Constituição Federal, as expressões “organizarão a sua justiça” e terá como órgãos são obrigatórias, positivas, mandativas e determinantes.

Ao invés de dizer poderão organizar, ordena “organizarão sua justiça, e ao invés de facultar “poderão ter como órgãos”, determina obrigatoriamente — “terá como órgãos”.

Logo, não tendo o Paraná até hoje obedecido a Constituição Federal que manda o Estado organizar a sua justiça militar, é inconstitucional, a falta da justiça especial exercida por órgãos (a auditoria com os Conselhos de Justiça e o Tribunal da Justiça Militar), instituídos especialmente para esse fim.

Por outro lado é a própria Constituição Estadual que, não podendo deixar de prever a existência da Justiça Militar, no item 4º do art. 55, declara que o Poder Judiciário é exercido também pelos Conselhos de Justiça Militar e no art. 60 declara que esses Conselhos têm competência exclusiva para processar e julgar em primeira instância.

A Constituição Estadual dá competência “exclusiva” aos Conselhos para processar e julgar em primeira instância, crimes militares.

Logo, só os Conselhos, e não qualquer outro juízo, podem julgar os casos militares.

A Justiça Militar deve pois ser distribuída, por órgãos especialmente militares. É o que mandam as Constituições.

A situação atual é ilegalíssima e não podia de modo algum continuar.

É uma lacuna da nossa legislação a falta de organização da Justiça Militar que será corrigida com esta lei, de que agora, se apresenta o projeto de lei.

ECONOMIA

Este projeto de lei procurou sugerir o modo mais prático de organizar a Justiça Militar, o fazendo com a menor despesa possível.

A Constituição Estadual no seu art. 71 estabelece que: “os vencimentos do Auditor da Justiça Militar serão equiparados aos dos Juizes de Entrada Especial” (os Juizes da Capital de então).

E está irregularmente, o Juiz da 7ª Vara da Justiça Cívil, exercendo as funções que competem ao Auditor, logo não podia a lei arbitrar ao Auditor vencimentos menores do que os dos Juizes da Capital, porque esses vencimentos já estão fixados na Constituição Estadual.

Há na Polícia Militar, um Advogado da carreira de Advogado do Estado, lotado no cargo de Consultor, exercendo as funções desse cargo, há mais de 4 anos, e outros dois bacharéis Oficiais da Polícia, designados para aí servirem, ou melhor para aí classificados.

Poderia o primeiro, o Advogado Civil (que já tem os vencimentos de Promotor da Capital e mais vantagens), ser aproveitado como Juiz, do Tribunal de Justiça Militar e os outros (um Tte. Cel e Capitão), ser aprovei-

tados como Promotor e Advogado. Isso faria com que houvesse menos despesa.

O Procurador também poderá exercer as funções de Consultor Jurídico da Polícia Militar, desempenhando as suas amplas atribuições.

Acrease ainda que os Coronéis têm vencimentos quase iguais aos dos Juizes da Capital. O seu aproveitamento para cargos de justiça, não viriam aumentar grandemente as despesas, porquanto, teriam êles de optar por um dos vencimentos, o maior.

Não será necessário maior demonstração da necessidade da lei, que cria a Justiça Militar, do que simplesmente transcrever a Constituição que ordena a sua criação.

Não havendo ainda o Tribunal de Justiça Militar que se vai instalar, era necessário que esta instalação fosse especialmente prevista na lei como está sendo no projeto que ora se apresenta.

Sem a instalação do Tribunal não podiam os membros dêle prestar a promessa legal, tomando-a a si próprio.

Por isso previu-se nas disposições transitórias o modo de sua instalação, dando-se competência para o Tribunal de Justiça (comum tomar êsse compromisso).

A elaboração, aprovação e sanção desta lei, é uma exigência constitucional que não pode deixar de ser cumprida.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, sr. deputado Nilson Ribas.

O SR. NILSON RIBAS — Sr. Presidente, srs. Deputados. Solicitei a palavra para trazer ao conhecimento desta Casa que, regressando do Norte do Estado do Paraná, tive a oportunidade de constatar naquela região, como tem acontecido todos os anos, anteriores, que a lavoura cafeeira foi totalmente abandonada pelo Governo Federal, estando completamente à mercê dos exploradores, dos comerciantes menos escrupulosos que se valem do desamparo que vota à agricultura brasileira o Governo Federal, e do desleixo, da indiferença e do menosprezo do Governo Estadual por aquela atividade. Aproveitam-se os tubarões, que compõem meia dúzia de firmas exportadoras geralmente financiadas pelo Poder Público, pelo Banco do Brasil e pelo IBC, para explorarem o produtor.

Com a política cafeeira votada para a presente safra o preço do café deveria estar, no interior, vigorando em torno de um mil cruzeiros a saca. Entretanto, o que temos observado e o que temos constatado na região norte paranaense é que os preços não atingem sequer 700 cruzeiros e, inclusive, não existe preço nem interessados para a compra do produto, a não ser três ou quatro firmas, na maioria estrangeiras, que estão operando no mercado e comprando café pelo menor preço que conseguem. O lavrador está completamente abandonado.

O Governo Federal que deveria, de acôrdo com o regulamento de embarque em vigor, amparar e dar o preço mínimo ao produto, até o presente momento não apareceu na região para cumprir o que foi estatuido naquele regulamento. O Governo Federal naturalmente está esperando que o produto passe para as mãos dos intermediários, para então elevar o preço do café, ocasionando, dêste modo, vultosos lucros ao explorador que todos os anos expolia a cafeicultura paranaense e brasileira. Em decorrência desta situação estão os fazendeiros até impossibilitados de abrir novos tratos para a cultura do próximo ano agrícola por não saberem o preço que poderão pagar aos empregados e colonos que estão vivendo numa verdadeira miséria. Se não fôsse o descaso do atual Governo do Estado do Paraná por aquela atividade e se não fôra o Banco do Estado do Paraná estar delapidado, talvez pudesse interferir e procurar financiar e amparar o produtor. No entanto, em nosso Estado, infelizmente, o que menos interessa é o

amparo econômico àqueles que produzem e que trabalham. O café só é lembrado pelo Governo no momento em que se deve cobrar o imposto. O cafeicultor é totalmente abandonado pelo Poder Público estadual, assim como o federal, dele só se lembram na oportunidade em que deve ser taxado o imposto ao café.

Vim à tribuna hoje, cumprindo uma determinação que tenho para comigo mesmo, de lançar o meu protesto nesta Casa, muito embora eu já saiba de antemão, que nada resulta e que de nada vale a minha advertência. Porque ainda antes de viajar para o interior, deixei sobre a Mesa desta Casa um telegrama que fôra passado e que tenho em mãos, endereçado ao Governo Federal.

No entretanto, estes nossos apêlos não são atendidos e o lavrador continuará, enquanto lá estiver esse Governo nefasto à economia do País e do Estado, completamente abandonado.

O atual Governo do Estado do Paraná até transferiu a Capital do Estado para o Norte do Paraná, para a cidade de Londrina, Maringá ou Paranavaí, nos dias presentes, mas, exclusivamente à caça de votos. Sem se preocupar com a economia do nosso Estado, busca tão somente o atual Governador, eleger o seu sucessor ao Governo do Paraná.

Tive oportunidade, sr. Presidente e srs. Deputados, de observar na região Norte paranaense o repúdio que causou àquêle povo laborioso, êste gesto do Governo do Estado, em ir àquela região na ante-véspera da eleição, depois de ter desgovernado o Paraná durante 4 ou 5 anos, e não ter aparecido e nem ter dado nenhuma assistência àquela região, aparecer agora, às vésperas das eleições com o objetivo de caçar votos.

Saiba porém, o Governador do Estado do Paraná e os seus adeptos que o povo norte paranaense é um povo independente e que não vai por causa desses cruzeirinhos e devido à essas nomeações que estão sendo feitas, deixar de repudiar êste Governo que nada faz pelo progresso e economia do norte paranaense.

Desejo nesta oportunidade deixar aqui, mais uma vez, nesta minha tribuna, o meu veemente protesto contra o descaso do Governo Federal para com a maior fonte de divisas da nação brasileira que é o café, e o deslante do Governo Estadual em menosprezar a atividade da cafeicultura, não dando a menor assistência e não tomando nenhum interesse por aquela gente laboriosa que lá no Norte do Paraná construiu a grandeza do nosso Estado.

Como sabem os srs. Deputados, a safra cafeeira já esta em mais da metade, já está quase por terminar e o Governo que garantiu o "dolar"-café de Cr\$ 90,00 e prometeu à cafeicultura paranaense, brasileira, que o preço do café no interior não seria aquêm de Cr\$ 1.000,00 está permitindo que os tubarões constituídos de meia duzia de firmas que exploram atualmente o produtor, continuem lá adquirindo todos os estoques da presente safra para depois, então que isso aconteça, naturalmente em conlúio e sociedade com aquelas firmas, darem o preço justo ao café paranaense e ao café brasileiro.

Se o Paraná tivesse um Governo como têm o Estado de São Paulo, possivelmente já teria interferido junto aos poderes constituídos para que tal não ocorresse. No entanto, infelizmente, o nosso Governo só se lembra do povo paranaense em vésperas de eleições, ou na hora de arrancar-lhe o dinheiro dos impostos. Tenho a certeza, sr. Presidente, srs. Deputados, de que o povo do Norte do Paraná há de saber repelir com dignidade e altivez esse trato que tem merecido do atual Governo do Estado.

Era só, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, sr. deputado Pedro Liberti.

O SR. PEDRO LIBERTI — Sr. Presidente, srs. Deputados. Pretendia-

mos ocupar nossa tribuna na sessão do dia 24, para o relembrarmos e rendermos homenagem ao saudoso ex-Presidente Getúlio Vargas, falecido há 6 anos passados, em esta data. Mas, em virtude da falta de "quorum" para abertura dos trabalhos naquele dia, assim deixamos de fazê-lo. Por essa razão nossa voz não se fez ouvir naquele dia.

Pretendemos hoje, em ligeiras palavras, dizer pelo menos um pouco daquilo que vimos e ouvimos ante-ontem.

Nós, os trabalhistas do Paraná, por uma certa razão, todos anos comemoramos em sessão solene aquêlê dia que trouxe tantas lágrimas, tantos sofrimentos ao povo brasileiro especialmente a os trabalhadores. E aquelas mesmas lágrimas, aquêles mesmos sentimentos, hoje se transformam em lágrimas até de satisfação, se transformam em lágrimas de fazer com que a nós outros nos dá, por assim dizer, uma certa prioridade de falarmos e rememorarmos aquêlê dia trágico, aquêlê dia negro da história da pátria brasileira.

Nós todos sabemos, que o dia 24 de agosto de 1954, a pátria, por aquêles menos favorecidos da sorte chorou e que hoje ela está sorrindo. Sorriundo por saber que aquelas lágrimas hoje se transformam em lágrimas de alegria. Foi o fruto do sacrifício e do perdão daquele que soube, como brasileiro, dar o seu próprio sangue, aquêlê que foi o maior dos brasileiros, o maior Presidente até hoje da história da pátria. Aquêlê, que pregava o verdadeiro nacionalismo; aquele que criou Volta Redonda, aquêlê que deu liberdade e direito ao trabalhador, aquêlê que deu a verdadeira assistência, e verdadeiro direito aos trabalhadores de nossa terra, através das leis sociais trabalhistas. E, hoje, mesmo, há quem diga, que as nossas Leis Trabalhistas, são tão boas quanto e até mesmo, melhores do que — as Leis Trabalhistas da Inglaterra. O que falta para nós, é nos postos chaves da administração pública, no que tange aos destinos das autarquias, dos ministérios, aquêles que, deveriam executar as nossas leis. E hoje nós vemos por todo êsse Brasil e reconhecemos, que o saudoso Presidente Getúlio Vargas, quando procurou criar a Eletrobrás não faltou, — como um dos maiores golpes que se desfechavam contra êle, Presidente Getúlio Vargas — por parte do capital estrangeiro, dos "trusts", especialmente americano, que procuraram fazer com que o homem que era o verdadeiro nacionalista, o nacionalizador da grandeza da nossa pátria, pudesse conseguir as duas coisas principais para a nossa pátria, que seriam a Petrobrás e a Eletrobrás. Precisaram sufocar, não só a voz, precisaram fazer com que lhe fôsse tirada a vida, daquêlê que, efetivamente queria um Brasil para os brasileiros e dos brasileiros. Se nós não estivéssemos em ocasião de campanhas eleitorais à sucessão governamental, em nosso Estado, tenho certeza que o movimento de homenagem ao saudoso Presidente Getúlio Vargas seria enorme, seria de uma verdadeira grandiosidade porque, hoje, centenas e milhares de brasileiros acorrem às praças públicas para pregar o nacionalismo, para defender a estutura política e econômica de nossa pátria. Naquêlê tempo eram poucos os que assim faziam.

Por êsse motivo é que falamos que gostaríamos que aqui no Paraná não se fizessem essas manifestações para que nossos adversários políticos não venham dizer, como pregam por aí, que usamos "cadáveres" para fazermos nossas propagandas. Para infelicidade nossa os grandes líderes, os grandes chefes nacionais do Partido Trabalhista Brasileiro têm falecido nas horas mais difíceis da sobrevivência de nosso partido.

No Rio Grande do Sul morreu Salgado Filho mas apareceu Leonel Brizola; Morreu Souza Naves aqui no Paraná, mas surgiu o seu sucessor — Nelson Maculan; faleceu o Presidente Getúlio Vargas, pirêm aí está o seu herdeiro João Goulart. Muitos têm desaparecido mas outros surgem e o Partido Trabalhista Brasileiro sempre e cada vez mais fortalecido. Se ontem chorávamos pelo infausto acontecimento, pelo desaparecimento de Getúlio Vargas, hoje o povo brasileiro transformou essas lágrimas em sor-

risos. Mesmo os adversários do saudoso Presidente Vargas reconhecem hoje que foi êle o maior Presidente que o Brasil teve em todos os tempos; reconhecem-no como o homem que soube levar o Brasil nas horas mais incertas para o caminho certo que deveria trilhar.

Hoje, os maiores inimigos do Presidente Getúlio Vargas, aquêles que não só o combatiam como a nós, os "getulistas", são os primeiros a reconhecerem que, de facto, o Partido Trabalhista Brasileiro, é o partido das massas, é o partido do povo, é o partido para o qual estão voltadas as esperanças do povo brasileiro.

Verificamos, então, que homens que nada tinham a ver com o saudoso Presidente Getúlio Vargas fazem as suas propagandas eleitorais usando de engôdos ou subterfugios para iludir.

Nós costumamos dizer que nada podemos dar, que nada podemos fazer, mas, que nossa luta gira em torno do ideal, que o nosso ideal é êste nestas ou naquelas condições.

Se o povo nos acompanha com a nossa sinceridade, nossas palavras, com a nossa simplicidade, a nossa humildade, não nos interessa usar o nome daquêle que deve estar em paz. Mas o que vemos por ai é esta exploração absurda e vergonhosa que fazem os adversários do nosso partido.

E não poderia eu, sr. Presidente, após o aniversário da morte do saudoso Presidente Getulio Vargas, deixar de vir para esta minha tribuna para levantar a voz em sinal de protesto, pedindo aos nossos adversários políticos que façam como nós outros. Deixem a alma daquêles que descansam em paz, porque nós, unidos em todos os recantos da pátria brasileira, quer no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, prestamos grandes sessões cívicas, grandes solenidades, missas campais, mandadas celebrar por intenção da alma do saudoso Presidente Getúlio Vargas.

Não seríamos nós, os trabalhistas do Paraná, nesta hora em que vamos disputar o eleitorado, que iríamos perturbar o sossego e a tranquillidade daquêle que tanto trabalhou e que hoje deve se manter no descanso e na paz de Deus.

Sr. Presidente e srs. Deputados, encerro estas minhas palavras dizendo que se as proferi, foi porque não pude conter dentro do meu próprio espirito aquela revolta das explorações que se costumam fazer e pedir a Deus que o Presidente Getúlio Vargas e o nosso saudoso Souza Naves descansem em paz, pela eternidade.

Era só, sr. Presidente.

O SR. LUIZ ALBERTO DALCANALLE — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO DALCANALLE — Sr. Presidente, srs. Deputados. (Lê)

"Dias atrás, da tribuna desta Assembléa, o brilhante deputado, Padre Waldemiro Haneiko, através de notável discurso, congratulava-se com a instalação oficial da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, denominada, pelo orador, com rara felicidade, como "mais uma oficina dinâmica a serviço de Cristo e da Nação".

Pois bem. É nossa intenção, agora, congratularmo-nos com outro auspicioso fato, ocorrido na mesma data em que era oficialmente instalada a Pontifícia Universidade do Paraná.

Queremos nos referir — sr. Presidente e srs. Deputados, com a solene inauguração das "Escolas Radiofônicas".

O motivo de nosso júbilo tem a sua razão de ser na compreensão das

elevadas finalidades das Escolas Radiofônicas e na certeza do sucesso que suas atividades alcançarão.

Tais Escolas Radiofônicas — sr. Presidente e srs. Deputados — visam a erradicação do analfabetismo, em nosso meio, através do ensino radiofônico. Evidentemente, tal campanha nesse sentido é motivo de jubilo inusitado para todos aqueles que lutam em prol de mais instrução, de mais ensino e de maiores meios para que todos possam melhor vencer a vida, com suas agruras e dificuldades.

Uma das razões que nos faz convictos do êxito do labor das Escolas Radiofônicas é o elemento humano empregado nesse mistér, tão nobre.

De um lado, como dirigentes destas “Escolas Radiofônicas” se encontram os Reverendíssimos Irmãos Lassalistas.

São eles — os Irmãos Lassalistas — educadores de escola, que seguem os métodos lançados, no campo do ensino, por São João Batista de La Salle, bem denominado como “o Pai da Pedagogia Moderna”.

Longa fôlha de serviços apresentam as Comunidades Lassalistas no Brasil, embora se encontrem na terra brasileira há pouco mais de 50 anos.

No Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em São Paulo, em Minas Gerais e no Estado da Guanabara espalham-se as casas de formação, os ginásios, os colégios e as escolas de artes e ofícios, dirigidas por tão beneméritos religiosos.

Aqui mesmo no Paraná, contam os Irmãos Lassalistas com um Ginásio e um Juvenato na cidade de Toledo, agora, em Curitiba, com as “Escolas Radiofônicas”, estando em vias de instalação e pleno funcionamento duas outras casas de ensino, uma em Arapongas e outra em Francisco Beltrão.

Por outro lado, contam os Reverendíssimos Irmãos Lassalistas com a colaboração valiosíssima da Arquidiocese de Curitiba.

Assim, o ensino radiofônico se efetiva através de monitores, que orientam os núcleos ou centros de aprendizagem. Pois, êsses monitores — que desempenham papel tão relevante nessa revolucionária forma de ensino — são indicados pela Arquidiocese de Curitiba, escolhidos das organizações parquais.

Tão logo — sr. Presidente e srs. Deputados — consigam as Escolas Radiofônicas a licença definitiva para o uso de prefixo — nada menos de 50 núcleos entrarão em atividade.

Isto quer dizer — sr. Presidente e srs. Deputados — que teremos assim — praticamente — mais 50 escolas, que se empenharão, mormente no meio adulto, no combate ao analfabetismo e na difusão de programas altamente instrutivos e educativos.

O trabalho das Escolas Radiofônicas na Colombia — onde funcionam mais de 300 núcelos — constantemente — vem produzindo grandes frutos. O mesmo — temos certeza — acontecerá no Paraná pelo trabalho dos abnegados Irmãos Lassalistas e da Arquidiocese de Curitiba.

Com razão afirmou JULIO SOLANO ZÁRATE: — “As Escolas Radiofônicas são a nova luz que cumpre a palavra evangélica de ensinar e dar bom conselho aos que dêle necessitam.”

As Escolas Radiofônicas — sr. Presidente e srs. Deputados — representam, inegavelmente, uma fôrça a serviço da VERDADE, do BEM e do ENSINO.

Por tudo isso — Sr. Presidente e srs. Deputados — é nossa intenção congratularmo-nos com a inauguração das Escolas Radiofônicas em nosso meio, atentando para o elevado alcance de tão benemérita obra, e rendendo nossa sincera e humilde homenagem aos abnegados Irmãos Lassalistas e à Arquidiocese de Curitiba, na pessoa de seu santo e zeloso titular, Dr. Manuel da Silveira D'Elboux.”

Era só, sr. Presidente.

ORDEM DO DIA,

com a presença de 21 srs. Deputados.

Há sobre a mesa projetos de lei de autoria dos srs. deputados Agostinho Rodrigues e Mário Faraco. — **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do sr. deputado Amaury Silva, solicitando a retirada do Projeto de Lei n.º 569-60. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 29, à hora regimental, com a mesma

ORDEM DO DIA,

e mais 1.ª discussão do Projeto de Lei n.º 305-59.

Levanta-se a sessão.